
Est Energia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Est Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Est Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, cujas cifras estão apresentadas para fins comparativos, e, conseqüentemente, não emitimos opinião sobre elas.

Est Energia S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Est Energia S.A.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 27 de março de 2025

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Helena de Petribu Fraga Rocha
Contadora CRC 1PE020549/O-6

Est Energia S.A.

Balanço patrimonial
Em milhares de reais

Ativo	Controladora		Consolidado	Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado
	2024	2023 (Não auditado)	2024		2024	2023 (Não auditado)	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	487.921	38	488.021	Fornecedores (Nota 8)	7.861	229	10.958
Partes relacionadas (Nota 11)		150		Debêntures(Nota 10)	10.650		10.650
Outros ativos	63		82	Salários e encargos sociais (Nota 9)	612	287	838
	487.984	188	488.103	Tributos a pagar	264	24	520
				Partes relacionadas (Nota 11)	5	70	6
					19.392	610	22.972
Não circulante				Não circulante			
Investimentos em controladas (Nota 4)	31.390			Debêntures(Nota 10)	478.228		478.228
Imobilizado (Nota 7)	56.820	19.273	91.671	Partes relacionadas (Nota 11)		2.131	
	88.210	19.273	91.671		478.228	2.131	478.228
				Total do passivo	497.620	2.741	501.200
				Patrimônio líquido (Nota 12)			
				Capital social	78.567	16.704	78.567
				Reservas de lucros	7	16	7
				Total do patrimônio líquido	78.574	16.720	78.574
Total do ativo	576.194	19.461	579.774	Total do passivo e patrimônio líquido	576.194	19.461	579.774

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Est Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado
	2024	2023 (Não auditado)	Período de 1º de outubro a 31 de dezembro 2024
Participação nos resultados de controladas (Nota 4)	7		
Despesas gerais e administrativas (Nota 13)	(13)	(1)	(12)
Prejuízo operacional	(6)	(1)	(12)
Receitas financeiras			6
Despesas financeiras	(3)	(1)	(3)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(3)	(1)	3
Prejuízo do exercício	(9)	(2)	(9)
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)	45	45	45
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	(0,19)	(0,04)	(0,19)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Est Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado
	2024	2023 (Não auditado)	2024
Prejuízo do exercício	(9)	(2)	(9)
Outros componentes do resultado abrangente			
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(9)</u>	<u>(2)</u>	<u>(9)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Est Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Capital social	Capital a Integralizar	Reserva de Lucros		Prejuízos acumulados	Total
			Legal	Retenção de lucros		
Em 1º de janeiro de 2023 (não auditado)	16.704		1	17		16.722
Prejuízo do exercício					(2)	(2)
Absorção prejuízo do exercício				(2)	2	
Em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	16.704		1	15		16.720
Aumento de capital (Nota 12 (a))	320.293	(258.430)				61.863
Prejuízo do exercício					(9)	(9)
Absorção prejuízo do exercício				(9)	9	
Em 31 de dezembro de 2024	336.997	(258.430)	1	6		78.574

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Est Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa/
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado
	2024	2023 (Não auditado)	Período de 1º de outubro a 31 de dezembro 2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(9)	(2)	(9)
Ajustes de			
Participação nos resultados de controladas (Nota 4)	(7)		
Variações do capital circulante			
Outros ativos	(63)	4	(77)
Fornecedores (Nota 8)	7.632	229	10.215
Salários e encargos sociais (Nota 9)	325	287	2
Tributos a pagar	239	24	442
Partes relacionadas (Nota 11)	85	(80)	83
Caixa gerado nas operações	8.202	462	10.656
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	8.202	462	10.656
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Adições ao imobilizado (Nota 7)	(36.709)	(2.555)	(45.497)
Adição ao investimento (Nota 4)	(24.942)		(24.942)
Aumento de capital do investimento (Nota 4)	(6.440)		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(68.091)	(2.555)	(70.439)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Captação pela emissão de debêntures (Nota 10)	500.000		500.000
Pagamento de custos de captação (Nota 10)	(11.960)		(11.960)
Custos de captação a pagar (Nota 10)	10.650		10650
Aumento de capital (Nota 12)	61.863		61.863
Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC (Nota 11)	(2.131)	2.131	(2.231)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	547.772	2.131	547.672
Aumento de caixa e equivalentes, líquidos	487.883	38	487.889
Caixa e equivalentes, no início do exercício (Nota 6)	38		132
Caixa e equivalentes, no final do exercício (Nota 6)	487.921	38	488.021

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Est Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Est Energia S.A., constituída em 15 de agosto de 2018, (a “Companhia”), é uma sociedade de propósito específico constituída para os fins de desenvolvimento, implantação e exploração do aproveitamento hidrelétrico denominado de Usina Hidrelétrica Estrela, com 48,4MW de potência instalada e garantia física de 27,70 MWm, localizada no Rio Verde, sub-bacia 60, na bacia hidrográfica do rio Paraná, nos municípios de Serranópolis e Itarumã, Estado de Goiás. Companhia é controlada pela Atiaia Energia S.A., companhia pertencente ao Grupo Cornélio Brennand (“Grupo”).

A Est Energia S.A. é a legítima titular dos direitos e obrigações vinculadas ao projeto do Empreendimento, em fase de desenvolvimento, incluindo o Registro de Adequabilidade do Sumário Executivo junto à ANEEL, conforme DRS-UHE nº 352/2018, alterado pelos Despachos nº 2.857, de 06 de dezembro de 2018, e nº 1.052, de 14 de abril de 2020.

A energia gerada pelo projeto trará benefícios econômicos à Companhia tendo em vista a grande demanda por energia elétrica existente em nosso país, atualmente em excelente fase de crescimento e desenvolvimento.

As obras para a implantação do projeto iniciaram em 2024, com um investimento total previsto de R\$ 512 milhões. O início da operação está estimado para 2026.

Em 1º de outubro de 2024, a Companhia adquiriu o controle da Taboca Energia S.A., conforme descrito na Nota 4.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho da Administração da Companhia em 27 de março de 2025.

1.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 14.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2

Est Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

1.3 Contrato de compra e venda de energia

A Companhia foi vencedora do 37º leilão de energia nova (A-5) promovido pela ANEEL em 14 de outubro de 2022 e negociou 268 lotes de energia (26,8 MWm) ao preço de R\$ 277,44/MWh, reajustado anualmente pelo IPCA no mês de janeiro.

Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR assinados com as 02 Distribuidoras de Energia estabelecem o início de suprimento de energia em 01 de janeiro de 2027 e término em 31 de dezembro de 2046.

1.4 Contratos de conexão e uso do sistema de distribuição

Em 9 de dezembro de 2024, a Companhia firmou com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS contrato de uso do sistema de transmissão (148/2024) operado pelas transmissoras. O mencionado contrato tem validade até a extinção da autorização para geração de energia elétrica pela Companhia ou a extinção da concessão das transmissoras.

Após sua entrada em operação, a Companhia pagará mensalmente às TRANSMISSORAS o encargo devido pelo uso do sistema de transmissão, o qual é calculado conforme determinado pela ANEEL.

1.5 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

A empresa controlada incluída na consolidação está descrita na Nota 4 (b) e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na seção 14.

1.6 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024:

- **Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB

Est Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- **Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos:** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa.
- **Alterações ao IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação:** a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

As novas divulgações incluem as seguintes principais informações:

- (a) Os termos e condições dos acordos SFAs.
- (b) Para a data de início e fim do período de reporte:
 - (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs.
 - (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento.

Est Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs.
- (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i).
- (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros.

O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação.

A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2024.

1.7 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2024

(a) Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar no 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS) tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Est Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Aquisição de controlada

Em 1º de outubro de 2024, a Companhia assumiu o controle da Taboca Energia S.A., através do aumento de capital de R\$ 24.942 realizado pela Atiaia Energia S.A., conforme divulgado na Nota 4.

2 Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir

(a) Vida útil dos bens do ativo imobilizado

A Companhia utiliza os critérios definidos na resolução ANEEL nº 367, de 02 de junho de 2009, atualizada pela resolução nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado porque entende que refletem os períodos durante os quais serão gerados benefícios econômicos pelos ativos.

3 Gestão do risco financeiro

3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e sua controlada as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de liquidez e risco regulatório.

O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Durante os exercícios de 2024 e de 2023, a Companhia e sua controlada não celebraram contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos.

A gestão de risco é realizada pelo setor Financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor Financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Companhia administra sua exposição.

Est Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado – taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	Monitoramento da taxa de juros
Risco de liquidez	Debêntures e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa	Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras

(a) Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e de suas controladas incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a debêntures captados no mercado. A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(b) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelo setor financeiro.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2024				
Debêntures (Nota 10)		73.211	360.889	1.116.263
Partes relacionadas (Nota 11)	5			
Fornecedores (Nota 8)	18.511			
Em 31 de dezembro de 2023				
Partes relacionadas (Nota 11)	70			
Fornecedores (Nota 8)	229			

Est Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2024				
Debêntures (Nota 10)		73.211	360.889	1.116.263
Partes relacionadas (Nota 11)	6			
Fornecedores (Nota 08)	21.608			

(c) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

(d) Risco Regulatório

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

3.2 Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamento de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, entre outros.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

4 Investimentos

Em 01 de outubro de 2024, a Companhia adquiriu 100% da Taboca Energia S.A. da sua controladora, Atiaia Energia S.A.

Os resultados foram consolidados a partir de 01 de outubro de 2024, data da aquisição do controle. Se o controle tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2024, o prejuízo do exercício seria de R\$ 4.

Est Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Movimentação do investimento

	Controladora
	2024
Em 1º de janeiro	
Aquisição de investimentos (i)	24.942
Aumento de capital em controlada (ii)	6.440
Participação no resultado da controlada (a partir de 1º de outubro 2024)	7
Em 31 de dezembro	31.390

- (i) Em 01 de outubro de 2024 a Atiaia Energia S.A., controladora da Companhia, adquiriu 100% da participação que a Atiaia Energia S.A. possuía da Taboca Energia S.A.
- (ii) No exercício de 2024, a Companhia efetuou aumento de capital na sua controlada direta, a Taboca Energia S.A. no montante de R\$6.440.

(b) Participação societária no investimento

	Ações possuídas pela Companhia	Participação da Companhia		
	Ordinárias	No capital social integralizado%	Patrimônio líquido	Lucro líquido (a partir de 1º de outubro de 2024)
Em 31 de dezembro de 2024				
Taboca Energia S.A.	5.331	100%	31.390	7

(c) Outras informações relevantes

Taboca Energia S.A.

A controlada da Companhia é uma sociedade de propósito específico constituída para os fins de desenvolvimento, implantação e exploração do aproveitamento hidrelétrico denominado de Pequena Central Hidrelétrica Taboca, localizada no Rio Verde, sub-bacia 60, na bacia hidrográfica do rio Paraná, nos municípios de Jataí e Itarumã, Estado de Goiás.

Est Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

	Controladora	Consolidado
	Valor dos ativos financeiros apresentados no balanço patrimonial	Valor dos ativos financeiros apresentados no balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2024		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	487.921	488.021
	<u>487.921</u>	<u>488.021</u>
Em 31 de dezembro de 2023		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	38	
Partes relacionadas (Nota 11)	150	
	<u>188</u>	

(b) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

	Controladora	Consolidado
	Valor dos passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial	Valor dos passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2024		
Fornecedores (Nota 8)	18.511	21.608
Debêntures (Nota 10)	478.228	478.228
Partes relacionadas (Nota 11)	5	6
	<u>496.744</u>	<u>499.842</u>
Em 31 de dezembro de 2023		
Fornecedores (Nota 8)	229	
Partes relacionadas (Nota 11)	70	
	<u>299</u>	

Est Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado
	2024	2023 (não auditado)	2024
Recursos em banco e em caixa (i)	47	29	148
Depósitos bancários de curto prazo (ii)	487.874	9	487.874
	<u>487.921</u>	<u>38</u>	<u>488.021</u>

- (i) O saldo de recursos em banco e em caixa compreende depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato.
- (ii) Os Certificados de depósitos bancários estão indexados pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e podem ser resgatados imediatamente em um montante conhecido de caixa, sem penalidade de juros, e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, cuja intenção da Administração é fazer uso desses recursos no curto prazo. Referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia e sua controlada.

A variação do saldo em 2024, em comparação ao mesmo período de 2023, refere-se essencialmente a emissão de debêntures, conforme descrito na Nota 10.

7 Imobilizado

	Controladora			
	Terrenos	Obras em andamento	Adiantamento a fornecedor	Total
Em 31 de dezembro de 2023				
Saldo inicial		16.718		16.704
Aquisições	913	1.642		2.555
Saldo contábil, líquido	913	18.360		19.273
Em 31 de dezembro de 2023				
Custo	913	18.360		19.273
Saldo contábil, líquido	913	18.360		19.273
Em 31 de dezembro de 2024				
Saldo inicial	913	18.360		19.273
Aquisições	25.121	7.238	4.350	36.709
Capitalização de juros sobre debêntures (a)		838		838
Saldo contábil, líquido	26.034	26.436	4.350	56.820
Em 31 de dezembro de 2024				
Custo	26.034	26.436	4.350	56.820
Saldo contábil, líquido	26.034	26.436	4.350	56.820

Est Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			
	Terrenos	Obras em andamento	Adiantamento a fornecedor	Líquido
Em 31 de dezembro de 2024				
Saldo inicial	1.974	23.106		25.080
Aquisições	42.856	15.645	7.252	65.753
Capitalização de juros sobre debêntures (a)		838		838
Saldo contábil, líquido	44.830	39.589	7.252	91.671
Em 31 de dezembro de 2024				
Custo	44.830	39.589	7.252	91.671
Saldo contábil, líquido	44.830	39.589	7.252	91.671

(a) Capitalização de juros sobre debêntures

Durante o exercício de 2024, a Companhia capitalizou os juros incorridos de debêntures no montante de R\$ 838.

8 Fornecedores

O saldo consolidado de R\$ 21.608 refere-se aos gastos incorridos para o início da construção dos empreendimentos UHE Estrela e PCH Taboca.

A Companhia não realiza operação de risco sacado com fornecedores.

9 Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado
	2024	2023 (Não auditado)	2024
Participação no programa de resultados	335	207	445
Férias	228	58	322
Instituto nacional do seguro social- INSS	41	14	57
Outros	8	8	14
	612	287	838

Est Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Debêntures (controladora e consolidado)

	2024
Debêntures	488.878
Total passivo não circulante	478.228
Total	488.878

No exercício de 2024, ocorreu a 1ª emissão de debêntures simples, cuja captação se deu junto aos Bancos Itaú e Santander. A Companhia obteve um crédito na ordem de R\$ 500 milhões, para investimento nos projetos da UHE Estrela e PCH Taboca.

O prazo total desta emissão é de 240 meses e o saldo do valor nominal unitário atualizado das debêntures será amortizado em 36 (trinta e seis) parcelas semestrais e consecutivas, nos meses de junho e dezembro de cada ano, a correção se dá a taxa IPCA+7,56% a.a. Os juros serão apurados semestralmente, calculados entre a data de início da rentabilidade das debêntures e o dia 15 de dezembro de 2026.

Os montantes de não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Consolidado
	2024
2026	838
2027	17.750
2028	20.214
A partir de 2029	439.426
	478.228

No exercício de 2024, a Companhia reconheceu no passivo circulante, o saldo de R\$ 10.650 a pagar referente ao custo de captação da debentures emitidas, os quais serão integralmente pagos durante o exercício de 2025.

Est Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação das dívidas é como segue:

	2024
Em 1º de janeiro	
Captação pela emissão de debêntures	500.000
Juros incorridos (i) (Nota 7)	838
Custos de captação a pagar	10.650
Pagamento de custos de captação	(11.960)
Em 31 de dezembro	488.878

- (i) Durante o exercício de 2024, a Companhia capitalizou os juros incorridos de debêntures, totalizando R\$ 838 (Nota .7)

11 Partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Atiaia Energia S.A., com 100% das ações.

11.1 Controladora

- (i) **Adiantamento para futuro aumento de capital**

	Passivo não circulante
	2023
	(não auditado)
Atiaia Energia S.A.	2.131
	2.131

Em 16 de dezembro de 2024, a Companhia aumentou seu capital mediante a integralização total do saldo de adiantamento para futuro aumento de capital existente em 2023.

- (ii) **Outras transações**

	Ativo circulante		Passivo circulante
	2023		2023
	(Não auditado)	2024	(Não auditado)
Atiaia Energia S.A.	13	5	70
Rio Verde Energia S.A.	137		
	150	5	70

Est Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outras transações referem-se a reembolsos das despesas administrativas-ordinárias de pessoal com as demais empresas do Grupo.

11.2 Consolidado

Os seguintes saldos referem-se a transações com as partes relacionadas abaixo identificadas:

(i) Outras transações

	Passivo circulante
	2024
Atiaia Energia S.A.	5
Outros	1
	6

Outras transações referem-se a reembolsos das despesas administrativas-ordinárias de pessoal com as demais empresas do Grupo.

12 Patrimônio líquido

(a) Capital social

No exercício de 2024, a Companhia efetuou aumento de capital no montante de R\$ 320.293, com a emissão de 107.230.340 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, passando o saldo do capital subscrito para R\$ 336.997 (2023 – R\$ 16.704).

Do total subscrito em 2024, R\$ 61.863 foi totalmente integralizado em moeda corrente, restando um saldo de capital social a integralizar no total de R\$ 258.430.

O capital social está dividido em 123.907.667 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, possuídas pela Atiaia Energia S.A.

	2024	2023 (Não auditado)
Capital social subscrito	336.997	16.704
(-) Capital social a integralizar	(258.430)	
Capital social	78.567	16.704

Est Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A Companhia não constituiu a reserva legal em virtude de apresentar prejuízo no exercício.

(c) Retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 6 (2023 – R\$ 15) representa a parcela destinada do lucro, após constituição da reserva legal e compensação de prejuízos acumulados.

13 Despesas gerais e administrativas

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
	(Não auditado)	2024
Legais e judiciais	11	9
Outras despesas	2	3
	13	12

14 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

14.1 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Est Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações entre Companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia

14.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

14.3 Ativos e passivos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a seguinte categoria: custo amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos.

(a) Custo amortizado

Custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro é o montante pelo qual o ativo ou o passivo financeiro é mensurado em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais ou menos juros acumulados calculados com base no método da taxa efetiva de juros menos qualquer redução (direta ou por meio de conta de provisão) por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de recebimento.

Est Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14.4 Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção. Por encontrar-se em fase pré-operacional, a Companhia não vem depreciando parte substancial do seu ativo imobilizado.

14.5 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. A companhia não realiza operação de risco sacado com fornecedor.

14.6 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) e o valor possa ser estimado com segurança.

14.7 Outros passivos circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

14.8 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

14.9 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

14.10 Alterações de normas novas que ainda não entraram em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **Alteração ao IAS 21 - Falta de conversibilidade:** em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º. de janeiro de 2025.
- **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas à instituições financeiras.

Est Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As alterações:

- (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").

As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026.

- **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza:** em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como 'contracts referencing nature-dependent electricity'. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de 'own use', (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026.

Est Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, o Grupo desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.

O Grupo não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

* * *